

A EXPERIÊNCIA DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL (TER) EM PORTUGAL

Ivo ELESBÃO¹

Resumo

O espaço rural contemporâneo cada vez mais é considerado pelas suas diversas atribuições, não somente em relação à produção que nele se realiza, mas também pela atração que exerce nos cidadãos. Há uma crescente demanda pelo rural para lazer e turismo, sendo estas atividades, consideradas importantes para a revitalização da economia local. Este artigo tem como objetivo analisar a atividade turística no espaço rural em Portugal, enfocando principalmente aspectos da oferta e da demanda. Utilizou-se para isso, dados coletados e bibliografias consultadas quando da realização de um estágio junto ao Centro de Estudos Geográficos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Pode-se concluir que o turismo no espaço rural é uma atividade pouco significativa no total da oferta turística portuguesa, sendo que sua constituição foi marcada pela disponibilidade de recursos financeiros governamentais e pelo envolvimento de proprietários pertencentes a estratos sociais mais elevados, que utilizaram o apoio financeiro para recuperar seu patrimônio familiar. A composição da demanda está dividida entre turistas nacionais e estrangeiros e concentrada no Norte do país. Entre os estrangeiros, há presença importante de turistas alemães e ingleses. Constatou-se também que ainda é reduzida a importância do turismo no espaço rural nas férias dos portugueses.

Palavras-chave: Turismo no espaço rural. Demanda turística. Oferta turística. Portugal.

Abstract

The experience of tourism in the rural space (TRS) in Portugal

The contemporary rural space has been taken into account increasingly due to its diverse attributions not only in relation to the production carried out in it, but also concerning the attraction it exerts on city dwellers. There is an increasing demand on rural space for leisure and tourism because these activities are important for revitalizing the local economy. This paper aims at analyzing the tourist activity in the rural space in Portugal focusing mainly on the aspects of supply and demand. In order to do that, consulted bibliography and collected data during the period of training in the Center for Geographic Studies at the Faculty of Letters of the University of Lisbon were used. It was possible to conclude that tourism in the rural space is a slightly significant activity considering the total of Portuguese tourist supply. Such activity constitution was marked by the availability of government financial resources as well as by the involvement of owners pertaining to higher social stratum who used the financial support to recover their family patrimony. The composition demand is divided between national tourists and foreign tourists and it is concentrated in the north of the country. Among the foreign ones, there is the important presence of Germans and English. Besides, one found out that the importance of tourism in the rural space during Portuguese vacation is still reduced.

Key words: Tourism in the rural space. Tourist demand. Tourist supply.

¹ Doutor em Geografia pela UNESP – Rio Claro, SP. Bolsista PDEE – Capes. Professor da UNICRUZ, Cruz Alta, RS. E-mail: ielesbao@unicruz.edu.br

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização e todas as conseqüências daí geradas, aliado aos movimentos ambientalistas, fizeram com que houvesse uma crescente valorização da natureza, da necessidade de sua preservação e dos possíveis benefícios que são gerados para a qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, cada vez mais o rural passa a ser olhado como um espaço com diversas atribuições e não mais somente em relação ao que é produzido pela agropecuária, mas também pela atração que exerce sobre as pessoas que vivem nas cidades. As clássicas funções do espaço rural se incorporam outras, onde se destacam as atividades de lazer e turismo.

O espaço rural vem sendo palco nos últimos tempos de mudanças significativas, não só em relação às novas funções que passou a desempenhar, mas também pelo processo de (re)valorização de seus atributos naturais e culturais. O interesse em visitar o campo advém de várias motivações, e Ferreira (1999) salienta que são basicamente três os reencontros com o mundo rural: o reencontro com o passado, motivado pela ligação direta ou indireta às aldeias e aos campos, preservando ligações com o lugar de partida, ou seja, o elo histórico-familiar. O reencontro com o território, movido pela atratividade do rural como espaço de lazer e segunda residência, e o reencontro com os ideais, movido pelo imaginário da vida associada ao simbolismo e ao modo de vida do campo.

Olhar para o rural contemporâneo requer, primeiramente, que se atente para sua diversidade. Esta palavra precisa ser usada para analisar o rural seja qual for a dimensão. A visão simplista do rural como agrícola vai ficando totalmente superada, pelo menos como campo de análise, sendo que, novas funções vão sendo consolidadas e incorporadas nas estratégias de reprodução de muitas famílias que moram no meio rural.

Neste artigo analisa-se a experiência de turismo no espaço rural em Portugal, discutindo as principais características da oferta e da demanda. Pautou-se para isto em dados coletados e bibliografias consultadas quando de um estágio realizado junto ao Centro de Estudos Geográficos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Utilizou-se para analisar a demanda do TER em Portugal os dados da estimativa das dormidas (pernoites) no total de unidades, os quais foram obtidos junto a Direcção Geral de Turismo, além de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Turismo de Portugal sobre as férias dos portugueses.

A divisão regional de Portugal é atualmente realizada com base no NUTE (Nomenclatura de Unidade Territorial Estatística). Nesse contexto, o país se divide em três regiões NUTE I, que são o Continente, a Região Autónoma de Açores e a Região Autónoma da Madeira. Já o Continente se divide em cinco regiões NUTE II, que são as seguintes: Norte; Centro; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo; e Algarve. Estas regiões por sua vez se dividem em NUTE III. Na análise da oferta e da demanda do TER utiliza-se a classificação em NUTE II, mais as duas regiões autónomas.

É importante mencionar que mesmo sendo um país pequeno territorialmente se comparado ao Brasil, encontra-se em Portugal uma grande diversidade de situações no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo no espaço rural, que certamente em uma análise mais acurada precisariam ser consideradas.

O ESPAÇO RURAL PORTUGUÊS E A PROMOÇÃO DO TER

O interior português enfrenta um processo de desertificação humana, em função da população se deslocar e concentrar no litoral. Conforme Reis (1994, p. 14), isso afeta

diretamente o desenvolvimento desses espaços que ficam sem os valores humanos, pois “abaixo de certos limites de população (e já não falo das condições de produção) qualquer lógica de desenvolvimento local fica posta em causa”.

De acordo com Portela (1993), o rural português é uma sociedade simultaneamente agrícola e não agrícola. É agrícola, pois está enraizado na agricultura, sendo que a maior parte das famílias depende dela economicamente. Segundo o autor “não tenhamos ilusões, sem agricultura o mundo rural será aniquilado muito mais rapidamente. Falamos, é claro, duma agricultura respeitadora dos equilíbrios ambientais, que são como é sabido, dinâmicos e frágeis”. (PORTELA, 1993, p. 125).

O rural em Portugal é também uma sociedade não agrícola, pois é bastante dependente de oportunidades e recursos gerados fora da agricultura. Assim, são indispensáveis para muitas famílias rurais os recursos obtidos no exterior da exploração agrícola, bem como também aqueles provenientes de outras transferências financeiras externas. Nesse sentido, “a sociedade rural e a agricultura portuguesa não se entendem desligadas da emigração antiga, do sistema de segurança social recente e da pluriactividade”. (PORTELA, 1993, p. 126).

O rural vem sofrendo profundas alterações, que se traduzem numa diferenciação cada vez mais acentuada desse espaço e onde ficam evidenciados alguns problemas e dificuldades. Em Portugal estes podem ser ilustrados pelo declínio demográfico, despovoamento do interior, redução da importância da atividade agrícola e um certo dualismo de desenvolvimento entre as zonas rurais mais afastadas e as próximas dos grandes centros. Nesse sentido, de acordo com Cordovil e Rosa (1997, p. 80), é importante “definir um novo papel para o mundo rural, capaz de lhe permitir reter e atrair populações e gerar os rendimentos e as condições de vida adequadas”.

No contexto das políticas da Comunidade Europeia para o espaço rural, foram criados programas com a finalidade de incentivar iniciativas locais, principalmente nos países e regiões que apresentavam problemas de desenvolvimento. Um dos programas criados e que se tornou muito importante para Portugal foi o programa LEADER (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural).

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER começou em 1991, sendo que o LEADER I abarcou o período de 1991 até 1993. Já o LEADER II iniciou em 1994 e se estendeu até 1999. A terceira fase compreendeu o período 2000-2006 e foi denominado LEADER+. Segundo Moreno (2002, p. 188), foi somente com a criação e implementação deste programa é que teve início “um processo de promoção da inovação e de valorização das identidades territoriais e dos recursos endógenos em meio rural”.

De acordo com este autor, o Programa LEADER quando foi lançado tinha como maior objetivo reforçar outros programas já existentes de desenvolvimento rural que fossem baseados em dinâmicas locais inovadoras. A implantação do LEADER em Portugal suscitou uma série de conflitos internos em função do choque entre uma administração tradicional, centralizadora e institucionalista, com um modelo que tem como base a participação ativa das entidades locais. O que se deu foi quase uma “revolução silenciosa”, pois:

Se é verdade que o PIC LEADER (Programa de Iniciativa Comunitária) foi bem recebido pelo governo português, pela promessa de mitigação da crise da agricultura e do meio rural que se fazia sentir de forma intensa, não é menos verdade que a condução interna do processo escapou à sua lógica mais corrente de planeamento e gestão territorial, vindo a desagradar a vários responsáveis técnicos e políticos afectos ao Ministério do Planeamento e à Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDReg), bem como a responsáveis de várias autarquias locais, que sentiam “intrusões nos seus domínios”. (MORENO, 2002, p. 191).

Analizando a estrutura dos investimentos do LEADER I e II, Moreno (2002) identificou algumas alterações na passagem de uma fase para outra, sendo que a mais significativa se deu com a medida/ação "Turismo no Espaço Rural" que representava 49,8 % no LEADER I, passando para apenas 26,5 % no LEADER II. De acordo com o autor "isto teve a ver com o reconhecimento de alguns problemas que o privilégio do TER colocava à diversificação das actividades em meio rural, além de que a formulação encontrada revelou ineficácia no *marketing* e na organização da oferta dos produtos". (MORENO, 2002, p. 199). Entre as ações diretamente ligadas ao TER, estavam grande número de projetos de apoio, promoção e animação para esta atividade, sendo relevantes as iniciativas voltadas para a recuperação e valorização de infra-estruturas e do património.

Como se pode perceber, o turismo no espaço rural foi muito importante no contexto do Programa LEADER e isto é expresso na citação a seguir:

Assim, quer seja em Portugal ou a nível europeu, o turismo rural é o primeiro sector de investimento do programa LEADER e não há praticamente nenhum grupo LEADER que não tenha incluído o turismo como um dos seus eixos de intervenção. O turismo aparece sempre como um elemento chave de um desenvolvimento integrado, sendo muitas vezes um cimento essencial para interligar os sectores da economia rural e valorizar a entidade territorial. Daí que as experiências na área de turismo rural sejam extremamente numerosas e diversificadas no LEADER. (LEADER II, 2003, p. 91).

De acordo com Ribeiro; Freitas e Mendes (2000), o turismo no espaço rural iniciou de forma experimental no final dos anos 70 do século XX, mas precisamente em Ponte de Lima (Região Norte de Portugal), Vila Viçosa (Alentejo), Castelo de Vide (Alentejo) e Vouzela (Centro). Foi denominado de Turismo de Habitação e tinha como objetivo aproveitar para o turismo o potencial da arquitetura, da história e da paisagem.

Segundo Garcia (1996), o turismo no espaço rural surgiu na legislação portuguesa através do Turismo de Habitação em 1978. No entanto, já existiam anteriormente tendências e políticas que ressaltavam as potencialidades do espaço rural para aproveitamento turístico.

O turismo no espaço rural foi reconhecido como de utilidade pública em 1983. Conforme Valente e Figueiredo (2003, p. 98), o marco legal do TER aconteceu em 1986 e reforçou três objetivos considerados essenciais: "o estímulo da recuperação do património histórico-cultural; a associação da oferta de alojamento às tradições de hospedagem rural; o aumento do rendimento económico e das condições de vida das populações".

Barreto (1992) coloca que no começo dos anos oitenta, o TER tinha também como objetivo não perder por falta de conservação um património de valor arquitetónico, histórico e cultural muito importante. Foi então precisamente em 1986 a primeira referência legal ao TER, através da publicação do Decreto-Lei nº. 256/86. Anteriormente só havia o Turismo de Habitação regulamentado, o qual passou a ser uma modalidade do TER, juntamente com o Turismo Rural e o Agroturismo.

Um pouco mais tarde, mais precisamente em 1989, foi criada uma nova modalidade, denominada Hotel Rural. Em 1997 através do Decreto-Lei nº. 169/97 surgem também o Turismo de Aldeia e a Casa de Campo, configurando, assim, seis modalidades do Turismo no Espaço Rural.

Segundo Cristóvão (2002) em Portugal o turismo cresceu e se diversificou, incluindo sob a designação geral de Turismo no Espaço Rural, tipologias distintas, que compreendem o turismo de habitação, o agroturismo, o turismo de aldeia, as casas de campo, os hotéis e parques de campismo rural. Também segundo o autor, foi oficialmente regulamentado o Turismo de Natureza, que assume diversas modalidades quanto ao alojamento e animação.

Nesse sentido, em Portugal há distinção entre o Turismo no Espaço Rural e o Turismo de Natureza. A diferença fundamental não reside no tipo de alojamento, mas na sua localização, ou seja, enquanto no TER a localização do alojamento se dá no espaço rural em geral, no Turismo de Natureza estes estão restritos as zonas classificadas na Rede Nacional de Áreas Protegidas. Assim, nas Áreas Protegidas encontramos três tipos de alojamento: as casas-abrigo, os centros de acolhimento e as casas-retiro.

De acordo com Simões (2003) as divergências entre o turismo no espaço rural e o turismo de natureza seriam apenas de forma, nas metodologias de trabalho ou simplesmente na nomenclatura utilizada para designar as atividades envolvidas. Esse relativo divórcio tem-se desenvolvido no pressuposto de duas realidades distintas, como se ambos não fossem “as duas faces da mesma moeda”, ou ainda fosse possível conceber no território português áreas completamente virgens. Além disso, nas zonas protegidas há também presença de pessoas que cultivam a terra, sendo a paisagem transformada ao longo do tempo.

O Turismo no Espaço Rural é definido como o conjunto de atividades e serviços de alojamento e animação em empreendimentos de natureza familiar, realizados no espaço rural. Esses empreendimentos podem ser classificados numa das seguintes modalidades de hospedagem: turismo de habitação, turismo rural, agroturismo, hotel rural, turismo de aldeia, casa de campo.

- Turismo de Habitação: é um serviço de hospedagem de natureza familiar prestado em casas antigas particulares que pelo seu valor arquitetônico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e as casas apalaçadas;
- Turismo Rural: serviço de hospedagem de natureza familiar prestado em casas rústicas particulares utilizadas simultaneamente como habitação do proprietário, que pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitetura típica regional;
- Agroturismo: serviço de hospedagem prestado em casas particulares utilizadas simultaneamente como habitação do proprietário e integradas em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo é claro, com as regras estabelecidas pelo responsável;
- Hotel Rural: é um estabelecimento hoteleiro de natureza familiar situado em zonas rurais e fora das sedes de município que é explorado diretamente pelo seu dono ou familiar;
- Turismo de Aldeia: serviço de hospedagem prestado num empreendimento composto por um conjunto de no mínimo cinco casas particulares, situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, que sejam ou não utilizadas como habitação dos seus proprietários, que pela sua traça, materiais de construção e demais características, se integram na arquitetura típica local, podendo este tipo de turismo ser explorado em aldeias históricas, centros rurais ou em aldeias que mantenham, no seu conjunto, o ambiente urbano, estético e paisagístico tradicional da região onde se inserem;
- Casa de Campo: é uma casa particular situada em zonas rurais que presta um serviço de hospedagem, quer seja ou não utilizada como habitação do seu proprietário e que pela sua traça, materiais de construção e demais características, se integra na arquitetura e ambiente rústico próprio da zona e local onde se situa;

Além destes tem-se ainda os chamados Parques de Campismo Rural, que são terrenos destinados permanentemente ou temporariamente à instalação de acampamentos, podendo ser integrados ou não em explorações agrícolas, mas cuja área não seja superior a 5.000 m².

CONSTITUIÇÃO DA OFERTA DE TER

Um dos primeiros pontos a serem considerados envolve a importância da oferta de turismo no espaço rural em Portugal. Segundo Moreira (1994), embora essa oferta tenha algum significado para determinadas áreas do país, se configura como pouco relevante se comparada com o total da oferta turística. Barreto (1992) também destaca o impacto limitado do TER no setor turístico, devido a este ser ainda recente e também pela própria natureza da atividade, que é contrária à massificação.

De acordo com Cavaco (2003a; 2006), a oferta de turismo no espaço rural continua a ter uma participação muito reduzida, sendo pouco significativa no total da oferta da hotelaria e similares. Além disso, embora seja valorizado no discurso e nas práticas de desenvolvimento rural e local, bem como nas expectativas de diversificação da base econômica das áreas rurais, “parece pouco realista atribuir ao turismo e às práticas de lazer das populações regionais e locais, sempre difusas, um papel decisivo na inversão das tendências depressivas”. (CAVACO, 2003a, p. 36).

No entanto, embora as unidades de turismo no espaço rural não tenham grande significado em nível local, elas são importantes “na renovação do patrimônio utilizado e na fixação da família proprietária, que manteve e renovou a herança familiar com o recurso aos subsídios, induz algum trabalho dependente, como assalariado ou como ajuda a tempo parcial, e assegura uma procura de bens e serviços diversos”. (CAVACO, 1999, p. 145).

O que marcou profundamente a evolução do turismo no espaço rural em Portugal, foi o envolvimento dos proprietários de casas de grande significado arquitetônico e histórico. Conforme Moreira (1994), são poucos os agricultores envolvidos no turismo no espaço rural, e mesmo esses poucos na sua maioria fazem parte de um estrato social muito favorecido, com ligações muito particulares com a agropecuária. Assim, a oferta de turismo no espaço rural “provém de estratos socioeconômicos bastante elevados e a presença de pequenos e médios agricultores é diminuta”. (MOREIRA, 1994, p. 224).

A constituição dessa oferta teve início pelo topo da pirâmide social, estando ainda longe de alcançar os estratos mais próximos da base. Moreira (1994, p. 225) coloca que, “os beneficiários actuais do TER, tanto no campo da procura como da oferta, são aqueles que menos necessitavam, à partida, dessas benesses. A inovação partiu do topo, veremos quando chegará à base”.

A forma como esta sendo impulsionada a oferta de turismo no espaço rural em Portugal é vista como fechada à grande maioria das famílias rurais portuguesas. Conforme Caldas (2003, p. 536) “mais que uma ‘panacéia’ para o futuro destes espaços, com repercussões no plano empresarial e efeitos dinamizadores nas economias locais, os apoios ao investimento têm sido lidos como representando solução para a recuperação de parte do patrimônio arquitectónico e histórico”.

A oferta de turismo no espaço rural em Portugal tem influência marcante da Administração Central, mais precisamente da Direcção Geral de Turismo (DGT), “a ponto de não parecer abusivo argumentar-se que a oferta de TER em Portugal tem sido, em grande medida, construída de cima para baixo, ou afirmar-se mesmo que o TER em Portugal tem sido o que a DGT tem entendido que ele deverá ser”. (RIBEIRO, 2003, p. 203).

O crescimento dessa oferta se deve fundamentalmente aos generosos apoios financeiros que o governo tem disponibilizado para o setor no âmbito dos fundos da União Europeia. De acordo com Ribeiro (2003, p. 207), “os vários programas criados para o efeito, têm proporcionado, aos titulares das casas, condições de financiamento praticamente únicas e irrecusáveis – com largas margens de fundo perdido e/ou a juros bonificados – para a recuperação das mesmas”. Nesse contexto, os benefícios privados do turismo no espaço rural são maiores que os dele decorrem em termos sociais. Mesmo considerando muito relevantes em termos sociais a recuperação e conservação patrimonial, não há como

esconder que são os proprietários das casas e suas respectivas famílias quem mais usufruem das intervenções. Ainda segundo a autora “a estratégia patrimonial terá, de facto, prevalecido ao longo destes anos, sobre a empresarial”. (RIBEIRO, 2003, p. 208).

Cavaco (2006, p. 84) também assinala que a criação da oferta de turismo no espaço rural em Portugal “contou com muitos apoios das políticas oficiais de turismo e de desenvolvimento rural e local e com vultuosos subsídios a fundo perdido de origem comunitária”.

O fato do turismo no espaço rural de ter iniciado por cima, ou seja, pelas casas maiores, baseado em critérios de reabilitação patrimonial e aproveitando as vantagens dos primeiros fluxos financeiros comunitários, fez com que este fenômeno tenha andado, segundo Godinho (2004), um pouco ao contrário do resto da Europa. Para o autor, se desenvolveu uma certa conscientização da necessidade de reabilitar patrimônio edificado, além do gosto pela preservação da paisagem e despertou um novo olhar dos administradores públicos sobre desenvolvimento e turismo. Todavia, os resultados ficaram bem abaixo das expectativas criadas.

A construção da oferta de turismo no espaço rural em Portugal teve como protagonistas selecionados, pessoas e famílias social e economicamente favorecidas, dispondo muitos deles de outras fontes de rendimentos suficientemente elevados, para não dependerem nem necessitarem das receitas da atividade turística. Conforme Ribeiro (2003, p. 211), “não encaram, portanto, o TER como um negócio que é preciso fazer render, mas como um meio para, entre outros, poderem ter acesso a apoios financeiros para a restauração das casas”. A maioria dos proprietários destas casas “disporão de recursos e alternativas de vida que lhes permitem secundarizar ou mesmo descartar o interesse económico da exploração turística das mesmas”. (RIBEIRO, 2003, p. 212).

Nesse sentido, de acordo com Nave (2003), em Portugal não tem sido grande o sucesso das iniciativas de desenvolvimento rural e local com base nas estratégias que envolvem o turismo no espaço rural, sendo para isso muito elucidativos os exemplos do pequeno impacto local em relação a sustentabilidade económica dos rendimentos e do emprego resultante dos investimentos nesta atividade.

Freire, Andrade e Paiva (1996, p. 91) analisando o custo de oportunidade do TER na região Centro do país se questionaram: “Até que ponto as verbas destinadas ao TER não trariam mais benefícios à região, se aplicadas noutras atividades?”. Para os autores, se os recursos aplicados no TER fossem destinados para outras atividades como, por exemplo, a indústria, haveria maior criação de emprego. Estas outras atividades teriam maior potencial de crescimento e de criação de sinergias na região. Os benefícios derivados do TER são praticamente inexistentes, tendo apenas lugar benefícios pessoais, sendo que “daqui a 20 anos nada terá se alterado na região em consequência do TER”. (FREIRE; ANDRADE; PAIVA, 1996, p. 91).

O turismo no espaço rural dificilmente é assumido na ótica empresarial autônoma como um investimento rentável. No entanto, em função da sua importância e do seu significado “como meio de valorização indirecta da vivência no espaço rural, em preocupante e crescente desertificação, deve ser encarado como processo de intervenção e apoio, ainda que tendo presente o objectivo essencial de estimular a gradual autonomização das iniciativas privadas”. (BAPTISTA, 1998, p. 34).

Com base em dados de relatórios obtidos junto a Direcção Geral de Turismo pode-se observar o crescimento do turismo por modalidade de hospedagem entre os anos de 1985 e 2005.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural por modalidade de hospedagem. Portugal, 1985 a 2005

Ano	Turismo de Habitação	Turismo Rural	Agroturismo	Casas de Campo	Turismo de Aldeia	Total
1985	-	-	-	-	-	121
1986	-	-	-	-	-	154
1987	-	-	-	-	-	182
1988	-	-	-	-	-	180
1989	107	72	10	-	-	197*
1990	112	86	18	-	-	223**
1991	119	94	20	-	-	240
1992	147	157	49	-	-	358
1993	155	188	71	-	-	417
1994	167	187	75	-	-	429
1995	177	219	88	-	-	484
1996	181	214	98	-	-	493
1997	198	235	101	-	-	534
1998	213	248	108	-	-	569
1999	214	262	115	15	-	606
2000	229	280	119	40	-	668
2001	228	284	122	51	-	685
2002	244	358	145	116	3	866
2003	246	391	147	148	4	936
2004	247	406	146	162	4	965
2005	248	416	147	234	8	1.053

Fonte: Direcção Geral de Turismo.

*1989 – 8 não foram classificados

** 1990 – 7 não foram classificados

Como se pode observar, em 1985 havia apenas 121 estabelecimentos de TER, passando em 2005 para 1.053, ou seja, houve no período considerado um crescimento de 870,2 % na oferta. É importante destacar que a oferta continua a ser ampliada com a incorporação de novos estabelecimentos, principalmente os classificados como Casas de Campo. Verifica-se nos últimos anos certa estagnação no surgimento de unidades tanto de Turismo de Habitação, como de Agroturismo.

A partir de 1989 os dados sobre os estabelecimentos já são disponibilizados de acordo com as três modalidades de TER que passaram a existir a partir do decreto publicado em 1986, ou seja, além do Turismo de Habitação, também os referentes aos alojamentos de Turismo Rural e Agroturismo. Como vimos, quando o turismo no espaço rural começou era formado apenas pela modalidade de Turismo de Habitação, predominando na participação do TER até o ano de 1991, sendo em 1992 ultrapassada pelas unidades classificadas como Turismo Rural.

Na distribuição dos estabelecimentos entre as cinco modalidades apresentadas na tabela 1, pode-se verificar que atualmente predominam as unidades de Turismo Rural na composição da oferta, representando 39,5 % desta. O destaque fica por conta do significativo aumento nos últimos anos dos estabelecimentos classificados como Casas de Campo, ultrapassando os de Agroturismo e já representando em 2005, 22,2 % da oferta. Além disso, como já foi mencionado, é este o principal fator responsável pela continuidade de crescimento da oferta total de TER em Portugal. O Turismo de Aldeia é que continua pouco significativo, representando apenas 0,8 % do total em 2005.

Na tabela 2 pode-se observar para o ano de 2005, o número de estabelecimentos por modalidade de classificação, sendo também considerada as diferentes regiões do país.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos por modalidade de hospedagem e por NUTES II. Portugal, 2005

NUTES/Tipos	Turismo Habitação	Turismo Rural	Agroturismo	Casas de Campo	Turismo de Aldeia	TOTAL
Norte	119	210	53	76	3	461
Centro	63	99	33	47	2	244
Lisboa	13	14	1	-	-	28
Alentejo	27	53	52	32	2	166
Algarve	4	18	3	6	-	31
R. A. Madeira	11	8	2	28	-	49
R. A. Açores	11	14	3	45	1	74
TOTAL	248	416	147	234	8	1.053

Fonte: Direcção Geral de Turismo.

A oferta de estabelecimentos de turismo no espaço rural está mais concentrada nas regiões Norte e Centro, com destaque para a primeira, que congrega 43,8 % da oferta. A região Centro detém 23,2 % do total, vindo na frente do Alentejo com 15,8 %. A região de Lisboa é que possui o menor número de unidades TER, somente 2,7 %.

A região Norte possui maior representatividade em todas as modalidades consideradas, com destaque para a de Turismo Rural, com 50,5 % deste total. No entanto, ao contrário do que acontece com esta atividade, nas unidades de Casas de Campo esta região tem a menor participação (32,5 %). Aliás, os estabelecimentos de Turismo Rural predominam em todas as cinco regiões do Continente, exceção feita as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, onde as Casas de Campo são mais representativas.

A DEMANDA DO TER E SUAS CARACTERÍSTICAS

O turismo é considerado um dos principais setores da economia portuguesa e por isso muito importante para o desenvolvimento do país, merecendo inclusive atenção especial do governo através de um Plano Estratégico Nacional de Turismo, que ambiciona desenvolver quantitativamente e qualitativamente este setor.

O turismo se constituiria então, segundo Ferreira (2004, p. 344), “como um dos protagonistas da promoção do desenvolvimento do território, pelos impactos de ordem econômica que promove, bem como no consumo, no emprego, na dinâmica social e cultural das comunidades, fruto da troca de idéias e de contacto que possibilita”.

Devido a significativa participação na constituição do Produto Interno Bruto (calculado em 11,0 % no ano de 2004), Ferreira (2004, p. 478) considera o turismo uma atividade vital para Portugal, sendo que “nas áreas rurais e periféricas ele representa quase a única forma de provocar desenvolvimento, graças à sua faculdade de permitir diversificar actividades e multiplicar rendimento, com os seus reconhecidos efeitos multiplicadores”.

Assim, o turismo teria o papel de descortinar uma nova realidade. Nesse sentido, Freire; Andrade e Paiva (1996, p. 12) acrescentam que “apesar da reduzida dimensão do seu território, Portugal oferece uma variedade de paisagens, climas, monumentos e património artístico que justificam uma aposta séria num ‘turismo de interior’”.

No entanto, a procura pelo turismo no espaço rural ou por qualquer outro destino alternativo aos convencionais, embora revelando tendências de crescimento, tem segundo Ribeiro (2003, p. 199), “uma expressão ainda muito incipiente e muito modesta, que a deixam a uma incomensurável distância das opções clássicas dominantes”.

No que diz respeito a composição da demanda do TER, observa-se uma característica bem marcante. Considerando na tabela 3 as estimativas de dormidas por país de residência para os anos 2004 e 2005, tem-se que, na média destes anos, o percentual de turistas estrangeiros (50,5 %) foi ligeiramente superior ao de turistas portugueses (49,5 %). Nesse sentido, o turismo no espaço rural em Portugal, de acordo com Moreira (1994, p. 64), “implica o estabelecimento de fluxos monetários originários do exterior, os quais poderão, eventualmente, compensar e mesmo exceder os que têm origem no espaço considerado”.

**Tabela 3 – Estimativa das dormidas por país de residência
Portugal, 2004 e 2005**

PAÍS	DORMIDAS 2004		DORMIDAS 2005	
	Número	%	Número	%
Portugal	177.793	45,7	241.092	53,3
Alemanha	63.478	16,3	71.040	15,7
Brasil	902	0,2	4.354	1,0
Espanha	18.534	4,8	15.867	3,5
EUA	13.279	3,4	9.036	2,0
França	18.000	4,6	20.416	4,5
Holanda	18.272	4,7	17.539	3,9
Reino Unido	32.791	8,4	28.444	6,3
Outros	46.272	11,9	44.700	9,8
Total Estrangeiros	211.528	54,3	211.396	46,7
TOTAL	389.321	100,0	452.488	100,0

Fonte: Direcção Geral de Turismo.

Na análise dos dados para os anos de 2004 e 2005, verificamos que entre o total de estrangeiros há uma participação muito significativa de turistas alemães, que representam na média dos dois anos, 16,0 % do total das dormidas, e 31,7 % ao considerar somente os estrangeiros. Depois vêm os ingleses com média de 7,4 % de participação no total de turistas, seguido dos franceses (4,6 %), holandeses (4,3 %) e espanhóis (4,2 %). O Brasil foi responsável neste período, por 0,6 % do total de turistas no espaço rural português.

Pode-se observar também que houve um aumento de 16,2 % no total das dormidas em 2005 em relação ao ano anterior. Isso se deu em função exclusivamente do crescimento das dormidas dos portugueses, que foram 35,6 % maiores de um ano para outro, pois o número de dormidas de estrangeiros permaneceu praticamente o mesmo (com uma quase imperceptível redução). Houve de 2004 para 2005 um aumento no número de dormidas dos alemães, brasileiros e franceses, enquanto as dormidas dos espanhóis, americanos, holandeses e ingleses diminuíram.

Kastenholz (2003) em estudo realizado sobre o mercado de turistas no espaço rural na região Norte de Portugal, concluiu que existem diferenças marcantes entre os visitantes do rural desta região, o que contraria a visão de um mercado homogêneo de

turistas que procuram este tipo de turismo. A autora identificou em sua pesquisa, com base nas motivações dos visitantes, quatro segmentos de mercado:

- Os entusiastas rurais calmos: que corresponderam a 31,0 % do total, sendo formado por pessoas que particularmente apreciam o espaço rural e manifestaram uma visão romântica do mesmo. Estes buscavam autenticidade, o patrimônio cultural, um ambiente calmo e sem poluição, uma aproximação maior com a natureza, além da integração num estilo de vida mais tradicional e rural. É composto em sua maioria por estrangeiros, com idade relativamente mais elevada e que possuem um poder de compra mais alto, frequentando o campo regularmente com a finalidade de gozarem as férias;
- Os entusiastas rurais ativos: representam 26,0 % do total e são pessoas também motivadas pelo rural, pelo natural e tradicional, no entanto, mais interessadas em atividades recreativas, desportivas e oportunidades de convívio. Este segmento exige geralmente mais infra-estruturas e atividades. É formado principalmente por portugueses e mais novo em termos etários. Tem boa possibilidade de passar as férias e os finais de semana no campo, e suas despesas diárias estão na média;
- Os urbanos: 22 % das pessoas, que não demonstram grande preferência pela ruralidade nem pelo local visitado. Procuram infra-estruturas de maior escala, com variedade de atrações, que eventualmente são incompatíveis com um destino rural autêntico e calmo. Segmento mais jovem e formado predominantemente por portugueses. São menos interessados em passar férias no campo e têm pouca probabilidade de regressar ou recomendar o destino;
- Os puristas: segmento composto por 21,0 % das pessoas, que procuram um ambiente natural, tranquilo e sem poluição. Além disso, não valorizam infra-estruturas turísticas, o convívio e nem aspectos culturais, receando inclusive uma certa urbanização do rural. Formado em sua maioria por estrangeiros. São mais críticos e menos satisfeitos com o destino, mostrando-se adversos as mudanças no rural e defendendo veementemente a conservação do patrimônio natural e cultural.

Nesse contexto, outro aspecto que pode ser analisado é a estimativa das dormidas dos portugueses e estrangeiros, considerando as regiões do país, como se pode verificar na tabela 4 para o ano de 2005.

Tabela 4 – Estimativa das dormidas dos portugueses e estrangeiros por Região NUTE II. Portugal, 2005

Região NUTE II	Portugueses		Estrangeiros		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Norte	81.622	62,5	48.946	37,5	130.568	100,0
Centro	73.204	71,2	29.618	28,8	102.822	100,0
Lisboa	2.574	10,4	22.258	89,6	24.832	100,0
Alentejo	55.687	61,9	34.317	38,1	90.004	100,0
Algarve	10.730	32,5	22.288	67,5	33.018	100,0
R. A. Madeira	5.556	12,6	38.686	87,4	44.242	100,0
R. A. Açores	11.719	43,4	15.283	56,6	27.002	100,0
Total	241.092	53,3	211.396	46,7	452.488	100,0

Fonte: Direcção Geral de Turismo.

O Norte de Portugal é a região com o maior número de dormidas, sendo a preferida tanto pelos portugueses como pelos estrangeiros. Verifica-se que as dormidas dos portugueses em relação aos estrangeiros considerando cada região, são maiores na região Norte, Centro e Alentejo. Já os estrangeiros estão mais presentes na região de Lisboa e no Algarve, além de serem maioria também na Região Autónoma da Madeira e dos Açores.

Os portugueses estão mais presentes na região Centro (71,2 %), enquanto os estrangeiros se destacam nas dormidas da região de Lisboa (89,6 %), bem como na Região Autónoma da Madeira (87,4 %). Obviamente o contrário se verifica quanto a menor participação, onde os estrangeiros respondem por 28,8 % das dormidas no Centro e os portugueses por apenas 10,4 % e 12,6 % em Lisboa e Madeira, respectivamente.

Na tabela 5 encontra-se a estimativa das dormidas dos turistas para o ano de 2005, considerando o país de procedência e a modalidade do TER. Um dos primeiros aspectos que se pode observar é que, consoante com a preponderância na oferta de alojamento, também na demanda, o Turismo Rural se apresenta em destaque, sendo a modalidade que contribui com o maior número de dormidas no total (35,9 %). Após aparecem o Turismo de Habitação (24,0 %) e as Casas de Campo (21,1 %). Verifica-se que há maior número de dormidas tanto de portugueses como de estrangeiros na modalidade de Turismo Rural.

Na modalidade Turismo de Habitação, pode-se verificar um equilíbrio entre as dormidas de portugueses (50,4 %) e estrangeiros (49,6 %). No Turismo Rural há preponderância de portugueses (61,6 %), assim acontece também no Agroturismo (60,1 %) e no Turismo de Aldeia (62,2 %). Os estrangeiros só aparecem em maior número nas Casas de Campo (63,9 %).

Observa-se também que dentre as dormidas dos turistas estrangeiros os alemães aparecem em primeiro lugar em todas as modalidades, com destaque para as Casas de Campo onde a presença destes é muito expressiva (42,7 % do total das dormidas desta modalidade), superando inclusive as dormidas dos portugueses (36,1 %).

Pode-se então dizer que assim como os alemães, os holandeses também preferem as Casas de Campo. Os brasileiros, juntamente com os franceses e os espanhóis ficam com o Turismo Rural, pois efetuaram mais dormidas nesta modalidade, enquanto os americanos e os ingleses preferem o Turismo de Habitação. Por outro lado, excetuando o Turismo de Aldeia que ainda é incipiente em termos de demanda como também na oferta, a modalidade que teve menor número de dormidas de alemães e franceses foi o Agroturismo. Já para os brasileiros, espanhóis, americanos e ingleses o menor interesse esteve atrelado as Casas de Campo, enquanto os holandeses preferem menos o Turismo de Habitação.

Tabela 5 – Estimativa das dormidas por país de residência e por modalidade. Portugal, 2005

	Turismo de Habitação		Turismo Rural		Agroturismo		Casas de Campo		Turismo de Aldeia	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
<i>Portugal</i>	54.710	50,4	99.923	61,6	43.575	60,1	34.479	36,1	8.405	62,2
<i>Alemanha</i>	11.813	10,9	10.333	6,4	6.640	9,2	40.823	42,7	1.431	10,6
<i>Brasil</i>	733	0,7	2.872	1,8	489	0,7	223	0,2	37	0,3
<i>Espanha</i>	5.191	4,8	6.737	4,1	2.078	2,9	1.362	1,4	499	3,7
<i>EUA</i>	5.071	4,7	2.392	1,5	881	1,2	585	0,6	107	0,8
<i>França</i>	7.019	6,5	8.696	5,3	1.920	2,6	1.989	2,1	792	5,9
<i>Holanda</i>	2.740	2,5	4.149	2,6	5.000	6,9	5.265	5,5	385	2,8
<i>Reino Unido</i>	9.488	8,7	9.117	5,6	5.469	7,5	3.859	4,0	511	3,8
<i>Outros</i>	11.782	10,8	18.061	11,1	6.487	8,9	7.029	7,4	1.341	9,9
<i>Estrangeiros</i>	53.837	49,6	62.357	38,4	28.964	39,9	61.135	63,9	5.103	37,8
TOTAL	108.547	100,0	162.280	100,0	72.539	100,0	95.614	100,0	13.508	100,0

Fonte: Direcção Geral de Turismo.

A demanda do turismo no espaço rural pode então ser dividida entre os turistas estrangeiros e os turistas nacionais. No que diz respeito ao turismo interno a atração do rural se deve principalmente, segundo Cavaco (2003b, p. 196), a “idealização do retorno às origens, a busca de uma certa identidade territorial, mais ou menos romântica, a afirmação algo *snope* de um certo ecologismo e etnologismo”.

Em pesquisa realizada pelo Instituto de Turismo de Portugal (GOVERNO DE PORTUGAL, 2007) sobre as férias dos portugueses em 2006 e que se refere a população residente no Continente com 15 anos ou mais, pode-se constatar que dessa população total, 50,7 % gozou férias e 49,3 % não gozou férias. Entre a população que gozou férias, 70,0 % fizeram isso fora da residência habitual.

Quando se considera a população portuguesa residente no Continente, com 15 anos ou mais, que gozou férias fora da residência habitual, percebe-se que a praia foi a preferida por 66,0 % destes, seguida do campo (12,2 %) e da cidade (12,1 %), o que demonstra que não há uma mudança significativa em relação a tradicional opção de férias da população, ou seja, “sol e praia”.

Fica então evidente, como já mencionado anteriormente, que permanece reduzida a importância do turismo no espaço rural nas férias dos portugueses. Isso fica ainda mais evidente quando se considera os tipos de alojamento utilizados nas férias dos portugueses, onde o conjunto das unidades TER foram a hospedagem escolhida por apenas 1,8 % da população.

Talvez esse número fosse mais expressivo se os portugueses que não gozaram férias também tivessem usufruído desse período fora da residência. Embora quem não gozou férias também preferisse como ambiente a praia (51,7 %), no entanto, o campo, que havia sido escolhido por 12,2 % dos que gozaram férias, seria o destino elegido por 22,9 % desses outros que não gozaram.

Outro dado interessante que permite fazer algumas ilações é quanto ao número de portugueses que passaram finais de semana fora da residência habitual, o que representou em 2006, 43,7 % dos portugueses com 15 anos ou mais. Mais uma vez fica evidente a pouca procura dos portugueses pelos estabelecimentos de turismo no espaço rural, que foram utilizados apenas por 0,4 % dessa população. O que não significa que o campo não tenha sido o destino de uma parte importante dessa demanda, pois o alojamento fornecido gratuitamente por familiares e amigos aparece em primeiro lugar com quase metade (49,5 %) dos alojamentos utilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade turística tradicional (o turismo sol e praia), já há tempos é considerada como importante para o desenvolvimento de regiões e países, sendo somente transportado seus possíveis benefícios para o desenvolvimento dos municípios do interior com características predominantemente rurais. E não são poucos os autores que passaram a atribuir um papel de destaque ao turismo na busca de solução aos problemas de desenvolvimento. Em muitos países europeus essa atividade foi incluída no rol das políticas públicas, tendo função destacada na revitalização de áreas rurais estagnadas e em decadência.

A caminhada em direção ao desenvolvimento tem se mostrado muito longa e difícil, e as soluções para os problemas sociais e econômicos não são facilmente encontradas. Nesse contexto, os países buscam formas, não somente de inserção na economia mundial, mas também para desenvolver harmoniosamente o seu território com base nas potencialidades existentes. Assim, os diferentes espaços locais se revestem de grande importância, pois é fundamental descobrir e mobilizar os atributos e afazeres particulares

que cada um possui. É precisamente nessa realidade que o turismo no espaço rural passa a ser bastante considerado, principalmente no que diz respeito à revitalização de áreas rurais deprimidas.

Como se pôde verificar, as primeiras experiências de turismo no espaço rural em Portugal datam do final da década de 70 do século XX, sendo que a maioria das pesquisas remonta a década de 90, pois, foi nesse período que houve uma intensificação tanto da expansão da atividade como também dos estudos que buscavam entender o que isso representava. Tanto o crescimento do turismo no espaço rural como os estudos sobre ele, tiveram considerável aporte financeiro dos Fundos Comunitários, com destaque para o Programa LEADER. Este programa teve grande importância na expansão das atividades turísticas no rural português.

O turismo no espaço rural em Portugal pode então ser considerado pouco significativo no total da oferta turística. Além disso, é constituído em grande parte por famílias que não necessitam dos recursos provenientes dessa atividade para sobreviver, ou seja, pelo envolvimento de proprietários pertencentes a estratos sociais mais elevados, que utilizaram o apoio financeiro para recuperar seu patrimônio familiar. Nesse contexto, é também pouco significativa a presença de pequenos agricultores e os efeitos almejados em termos de dinamização da economia local não foram os esperados.

A oferta de estabelecimentos de turismo no espaço rural está mais concentrada principalmente na região Norte do país, com 43,8 % do total. Em relação às modalidades, atualmente predominam as unidades de Turismo Rural na composição da oferta, representando 39,5 % do total.

Em relação à demanda, há grande presença de turistas estrangeiros, com destaque para uma participação muito significativa de turistas alemães e ingleses. O Norte de Portugal é a região preferida tanto pelos estrangeiros como pelos portugueses. No entanto, permanece reduzida a importância do turismo no espaço rural nas férias dos portugueses, embora o campo tenha sido o destino de uma parcela importante destes, todavia estes ficaram alojados em casas de familiares e amigos.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, M. A cultura e o ambiente na competitividade do turismo no espaço rural. In: SEMINÁRIO TURISMO RURAL: **Turismo do Século XXI**. Vila de Rei: Associação Portuguesa de Management, 1998. p. 1-36.
- BARRETO, M. J. Turismo no espaço rural cresce de vento em popa. **ARazão**, Ano IV, n. 30. Lisboa. p. 32-41, 1992.
- CALDAS, J. C. Estudos rurais: continuidades e rupturas. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Org.) **Portugal Chão**. Oeiras: Celta, 2003. p. 533-539.
- CAVACO, C. Regionalização do turismo em áreas rurais a partir da oferta? In: ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. de. **Turismo rural**: patrimônio, cultura e legislação. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006. p. 63-104.
- CAVACO, C. Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos. In: SIMÕES, O.; CRISTOVÃO, A. (Org.) **TERN**: turismo em espaços rurais e naturais. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003a. p. 25-38.
- CAVACO, C. Ambiente e usos do território: reflexões incômodas. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Org.) **Portugal Chão**. Oeiras: Celta, 2003b. p. 189-198.

CAVACO, C. O mundo rural português: desafios e futuros? In: CAVACO, C. (Coord.) **Desenvolvimento rural**: desafio e utopia. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50. Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, 1999. p. 135-148.

CORDOVIL, F.; ROSA, M. (Coord.) **Desenvolvimento rural**: novas realidades e perspectivas. Direcção Geral de Desenvolvimento Rural. Coleção Estudos e Análises. Lisboa: DGDRural, 1997. 85p.

CRISTÓVÃO, A. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (Org.) **Turismo rural**: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 81-116.

FERREIRA, C. Reencontros com o mundo rural: dos lazeres turísticos à fixação de “novos e velhos” residentes. In: CAVACO, C. (Coord.) **Desenvolvimento rural**: desafio e utopia. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50. Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, 1999. p. 313-318.

FERREIRA, A. C. V. C. **Turismo no espaço rural**: formas de alojamento e impactos na sub-região Minho-Lima. 2004. 524f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004.

FREIRE, J. P. de A. G. G.; ANDRADE, M. I. N.; PAIVA, S. F. de O. **O turismo no espaço rural na Região Centro**. Coimbra: CCRC. 1996. 95p. (Estudos Sectoriais, n. 9).

GARCIA, A. M. M. **Turismo e desenvolvimento local**: o exemplo de Manteigas. 1996. 174f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996.

GODINHO, C. O turismo em espaço rural (TER) em Portugal: problemas e desafios para o futuro. **Turismo & Desenvolvimento**, Lisboa: Universidade de Aveiro, v. 1 n. 1, p. 91-93, 2004.

GOVERNO DE PORTUGAL. **Férias dos portugueses 2006**. Portugal: Instituto de Turismo de Portugal, 2007. 44p. Disponível em (<http://www.turismodeportugal.pt/>) Acesso em 05/06/07.

KASTENHOLZ, E. A gestão da procura turística como instrumento estratégico no desenvolvimento de destinos rurais. In: SIMÕES, O.; CRISTOVÃO, A. (Org.) **TERN**: turismo em espaços rurais e naturais. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003. p. 203-216.

LEADER II. **O desenvolvimento local em meio rural face ao desafio da sustentabilidade**. Lisboa: Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II. 2003. 366p.

MOREIRA, F. J. **O turismo em espaço rural**: enquadramento e expressão geográfica em território português. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. 1994. 225p. (Estudos Gerais B8).

MORENO, L. M. C. **Desenvolvimento local em meio rural**: caminhos e caminhanças. 2002. 498f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.

NAVE, J. G. O rural e seus duplos. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Org.) **Portugal Chão**. Oeiras: Celta, 2003. p. 129-148.

PORTELA, J. Agricultores e agriculturas: que futuros? Memória para um debate urgente. In: MINISTÉRIO DA AGRICULTUA. **Dois contributos para um livro branco sobre agricultura e o meio rural**. Lisboa: Ministério da Agricultura. 1993. p. 109-303.

REIS, J. O desenvolvimento local é possível? **Forum**. Lisboa: SPER, 1994. p. 3-16.

RIBEIRO, M. Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Org.) **Portugal Chão**. Oeiras: Celta, 2003. p. 199-215.

RIBEIRO, J. C.; FREITAS, M. M. de; MENDES, R. B. **O turismo no espaço rural**: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal. Braga: Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. 2000. 18p.

SIMÕES, O. Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida. In: SIMÕES, O.; CRISTOVÃO, A. (Org.) **TERN**: turismo em espaços rurais e naturais. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003. p. 15-23.

VALENTE, S.; FIGUEIREDO, E. "O turismo que existe não é aquele que se quer..." In: SIMÕES, O.; CRISTOVÃO, A. (Org.) **TERN**: turismo em espaços rurais e naturais. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra. 2003. p. 95-106.

Recebido em abril de 2008

Revisado em junho de 2008

Aceito em julho de 2008